

## MOÇÃO

Pela Defesa do Direito Internacional, da Paz e da Coerência nas Relações Internacionais

A Câmara Municipal da Nazaré, enquanto órgão democrático representativo da comunidade local, entende que a defesa da paz, do direito internacional e da resolução diplomática dos conflitos constitui um valor fundamental das sociedades democráticas.

A ordem internacional construída após a Segunda Guerra Mundial assenta em pilares essenciais: o respeito pela soberania dos Estados, a resolução pacífica dos conflitos e o papel central das instituições multilaterais, em particular das Nações Unidas.

Quando a Rússia invadiu a Ucrânia, a comunidade internacional, incluindo Portugal, condenou — e bem — a violação da soberania de um Estado independente e a agressão militar que colocou em causa a paz e a estabilidade na Europa.

A defesa do direito internacional exige coerência. Os princípios que invocámos para condenar a invasão da Ucrânia devem aplicar-se a todas as situações em que a soberania dos Estados e a legalidade internacional estejam em causa.

Nesse sentido, a Câmara Municipal da Nazaré manifesta preocupação perante ações militares levadas a cabo pelos Estados Unidos da América e por Israel contra o Irão fora de um enquadramento claro do direito internacional e sem mandato das Nações Unidas.

O povo iraniano vive há décadas sob fortes sanções internacionais, isolamento político e sob um regime autoritário. Agravar ainda mais o sofrimento de uma população já sujeita a profundas dificuldades não contribui para a paz nem para a estabilidade da região.

Importa igualmente recordar que muitos dos desequilíbrios que hoje caracterizam o Médio Oriente têm raízes históricas profundas. Em 1953, uma intervenção apoiada pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido derrubou um governo democraticamente eleito no Irão, abrindo caminho a uma ditadura que acabaria por cair numa revolução que trouxe ao poder o regime islâmico que hoje governa o país.

Ao mesmo tempo, a escalada militar na região, associada à política do governo israelita liderado por Benjamin Netanyahu, levanta sérias preocupações quanto ao agravamento do conflito e às suas consequências humanitárias e geopolíticas.

Esta situação levanta também uma questão essencial de coerência nas relações internacionais. Se aceitarmos que se pode atacar um país soberano fora do quadro do direito internacional, devemos perguntar onde termina esse precedente.

Regimes autoritários existem em várias partes do mundo, incluindo em países aliados do Ocidente, como a Arábia Saudita, amplamente acusada de graves violações de direitos humanos. Os princípios que regem a ordem internacional não podem depender de alinhamentos geopolíticos.

A Câmara Municipal da Nazaré manifesta igualmente preocupação com a incapacidade da União Europeia em afirmar uma política externa verdadeiramente autónoma, capaz de defender de forma consistente os valores da paz, da diplomacia e do direito internacional.

A construção europeia foi um dos maiores projetos políticos da história contemporânea, responsável por décadas de paz, desenvolvimento económico e progresso social. Preservar esse legado exige uma Europa capaz de afirmar uma voz própria na promoção da estabilidade internacional.

Importa ainda sublinhar que uma escalada militar no Médio Oriente poderá ter consequências económicas significativas para as populações europeias, nomeadamente através do aumento, do preço, dos combustíveis e da energia.

Esses aumentos poderão alimentar pressões inflacionistas, agravar o custo de vida e conduzir a novas pressões sobre as taxas de juro, com impacto direto no quotidiano das famílias, nas prestações da habitação e nas condições de vida de muitas pessoas.

Ou seja, decisões tomadas a milhares de quilómetros de distância acabam por ter consequências muito concretas na vida das nossas populações.

Assim, a Câmara Municipal da Nazaré, reunida em sessão, delibera:

1. Manifestar a sua preocupação com a escalada militar no Médio Oriente e reafirmar a importância do respeito pelo direito internacional e pela soberania dos Estados.
2. Defender que qualquer ação militar deve respeitar os mecanismos e princípios do direito internacional e o papel das Nações Unidas.
3. Apelar à contenção, ao diálogo e à resolução diplomática dos conflitos como único caminho para garantir a paz e a estabilidade internacional.
4. Reafirmar a importância de uma política externa europeia assente na autonomia estratégica, na defesa da paz e no respeito pelo direito internacional.
5. Alertar para os potenciais impactos económicos e sociais de uma escalada militar na região, nomeadamente no aumento do preço da energia, da inflação e do custo de vida das populações.
6. Determinar o envio da presente moção ao Presidente da República, ao Governo da República Portuguesa, à Assembleia da República, aos grupos parlamentares, às instituições da União Europeia, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à comunicação social regional e nacional.

Aprovada em reunião da Câmara Municipal da Nazaré realizada em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.